

Governo não tem dinheiro para honrar compromissos

sábado, 6/1/90 □ 1º caderno □ 11

BRASÍLIA — A demora na apreciação dos orçamentos Fiscal, de Seguridade Social e de Investimentos das Estatais de 1990 pelo presidente da República deixou o governo sem dinheiro este mês para bancar várias despesas. Entre elas, o pagamento dos encargos da dívida interna, salário dos funcionários dos poderes Legislativo, Judiciário e Ministério Público e programas sociais. Para evitar o agravamento da situação, com o calote puro e simples do pagamento dos juros dos títulos emitidos, incluindo as LFTs, o Ministério da Fazenda resolveu continuar honrando este compromisso. A rigor, contudo, a medida não possui amparo legal, porque os orçamentos ainda não sofreram a sanção ou vetos do presidente Sarney.

“Não pagar os juros e o principal da dívida que está vencendo, seria dar o calote”, disse um técnico ontem, ao explicar a razão da manutenção dos leilões de LFTs que ocorrem toda quarta-feira. Para efetuar o pagamento dos juros, o governo está amparado no Artigo 166 da Constituição, parágrafo terceiro, onde diz que o Congresso Nacional, ao apreciar os orçamentos, não poderá alterar as dotações relativas ao serviço da dívida, pagamento de pessoal e transferências tributárias constitucionais para estados, municípios e Distrito Federal. Isto, contudo, apenas pressupõe a existência do recurso, reconheceu um dos assessores econômicos.

Salário A falta de orçamentos está causando problemas, por enquanto, apenas aos funcionários do Legislativo, Judiciário e Ministério Público (Procuradoria-Geral da República e Advocacia-Geral da União) que recebem de 20 a 25 de cada mês. Se os técnicos da Sepian e os do Congresso não adequarem as cerca de 30 mil alterações feitas pelo Legislativo até o dia 30 deste mês, a situação se complica, podendo comprometer o pagamento do funcionalismo e dos benefícios da Previdência Social.

Uma outra dificuldade que o governo terá é com o pagamento de serviços de manutenção dos diversos ministérios — luz, telefone, limpeza. Por enquanto, essas despesas estão sendo honradas com saldos das dotações do ano passado. Aliás, esta foi a alternativa que impediu problemas com as aposentadorias e pensões da Previdência neste mês.

Ontem à noite, o presidente em exercício do Senado, Alexandre Costa, enviou ao presidente Sarney mensagem autorizando o Executivo a usar um terço do orçamento para despesas de custeio e manutenção do mês de janeiro.